
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE POVOS INDÍGENAS E ESTUDOS DECOLONIAIS

Os novos estudos sobre povos indígenas inserem-se numa perspectiva que rompe com o passado colonial e com as orientações propostas pelo cientificismo positivista do século XIX. Associa-se assim as novas epistemologias latino-americanas que propõe uma leitura decolonial e introduzem a temática indígenas como referencial para construção de novos conhecimentos e novas práticas de relações humanas e com o meio ambiente.

O “saber científico” que se propagou na América Latina ao longo do século XIX estabeleceu que o lugar reservado aos povos indígenas era fora da História. Ao tornar-se independente de Portugal, o Brasil não se independizou da colonialidade. As teorias sobre indígenas continuaram afirmando que eram povos a-históricos sendo vistos de forma idílica e animalésca, na dualidade tupi X tapuia, amigo X inimigo, colaborador X selvagem, exaltando na literatura indianista a figura do tupi como dócil, amigo e heroico - mas que, na visão da época, não mais existe - e se condena o tapuia, “botocudo”, que defende seus territórios contra a penetração do capitalismo – o indígena real, presente no interior do Brasil. O indianismo é o ícone do que representou o pensamento intelectualizado brasileiro no século XIX e, que adentrou o século XX. Esse tema também fundamentou o ensino durante gerações e os lugares que a sociedade brasileira reservou a esses povos. Manuela Carneiro da Cunha (2002) observa que é importante saber se essas imagens revelam de fato os povos indígenas ou são partes de nossos antigos fantasmas

A visão dual do indígena e seu lugar fora da história foi um ato intencional e estrategicamente pensado, destaca Cunha (2002), que identifica os interesses da elite agrária em querer se apropriar dos territórios indígenas. A

mesma pesquisadora destaca que para o século XIX, gradualmente, os indígenas não foram mais sendo requisitados como mão de obra pelos escravocratas, mas as terras por eles ocupadas eram cobiçadas pela oligarquia agrária brasileira. A melhor maneira de conseguir se apropriar de suas terras era inferiorizando-os ideologicamente, tratando-os como selvagens, num discurso semelhante ao do período colonial. A inferiorização foi externalizada na arte, na literatura na música e, principalmente nos debates “científicos” no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, como espaço do “saber científico”.

O século XIX se diferenciou do período colonial por inferiorizar o indígena pelo argumento científico e não mais religioso, ou seja, passaram de pagãos a raças inúteis, ou seja, no século XIX não é mais o Papa que declara se os indígenas são ou não humanos, se tem ou não alma, mas é a ciência, a “verdade científica”. As ciências surgidas no período reproduziam esse estereótipo. Para os indígenas nada mudou, tanto na justificativa pela fé religiosa como na fé científica o lugar reservado ao indígena era o mesmo, os patamares inferiores.

6

A política indígena brasileira no século XX foi marcada pela presença e ação do Estado. Diferentemente dos períodos anteriores, em que as políticas indigenistas eram genéricas e não havia órgão controlador do dia a dia da vida indígena, nesse século era o Estado que controlava e determinava o “destino” desses povos através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A ação tutelar e a perspectiva transitória desses povos eram condições jurídicas e sociológicas impostas pelo Estado (BRIGHENTI, 2016). Não é à toa que o século XX se caracterizou como um dos mais violentos da história desde 1500, com o requinte de perversidade ao ter no Estado seu principal agente violador de direitos.

Se as ciências sociais haviam decretado o fim dos indígenas, competia aos Estados Nacionais criar políticas para tal finalidade. Miguel Bartolomé elenca uma série de iniciativas de Estados latino-americanos empenhados em eliminar os indígenas, não mais fisicamente, mas como povos autônomos:

Assim, a revolução boliviana de 1952 decretou que os aymara e os quéchuas passariam a ser chamados de "sindicalistas campesinos", tentando tornar compatível a lógica de um proletariado rural com a dos aylluandinos. Na década de 1970, o governo populista do Peru impôs aos nativos a denominação de "camponeses", procurando superar o estigma lançado sobre o "índio". A Argentina declarou-se "branca" desde sempre, folclorizando as culturas nativas e declarando-as parte do passado da nação, embora tenha população indígena maior que a do Brasil, país onde, contraditoriamente, acredita-se viver uma grande quantidade de nativos amazônicos. Por sua vez, os revolucionários sandinistas minimizaram a presença étnica na Nicarágua, onde supostamente "não havia índios verdadeiros" (Gould 1998:274) devido à miscigenação. Em El Salvador, era comum afirmar-se não existirem índios, apesar de chegarem a centenas de milhares as pessoas que se identificavam como tal e, para surpresa daqueles que procuravam torná-los invisíveis, terem formado, na década de 1980, a Asociación Nacional Indígena del Salvador. (BARTOLOMÉ, 2006, p.04).

Identifica-se uma simbiose entre as políticas dos Estados, a legislação e as produções científicas sobre os povos indígenas. Também pouco importava se o governo era de orientação ideológica capitalista ou socialista, a perspectiva para os povos indígenas era o desaparecimento, como sinalizou David Maybury-Lewis (1983, p. 110):

Portanto, não importa que as populações indígenas sejam grandes ou pequenas, que sejam ubíquas ou distantes, que vivam em países dominados por regimes de direita ou de esquerda, pois são exortadas ou forçadas a abandonar suas culturas em nome do desenvolvimento nacional.

7

Virando o Jogo

Numa obra de 2010, Maria Regina Celestino de Almeida chama atenção para a guinada que a História e a Antropologia fizeram nas últimas décadas, quando mudaram profundamente a forma de conceber os povos indígenas. A nova leitura sobre os povos indígenas não é mais vê-los como passivos ou simplesmente dominados pelo colonialismo, mas perceber que eles também fizeram e fazem parte da história. Foram e são protagonistas.

Essa tem sido a tendência dos trabalhos das últimas décadas, através dos quais podemos perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada, à fuga e à submissão passiva. Houve diversas formas de que Steve Stern chamou de resistência adaptativa, através das quais os índios encontram formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboram com os europeus, integram-se à colonização, apresentam novas

práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir. (CELESTINO DE ALMEIDA, 2010, p.23).

Há nessa releitura uma aproximação com os estudos decoloniais, para os quais, os povos indígenas não são do passado, mas do presente e do futuro. Ainda há um longo caminho a ser trilhado, como a incorporação da histórica êmica. Os povos indígenas estão também produzindo sua história, fazendo os registros, seja através do ingresso no ensino superior, ou nos “campos de batalha” pela concretização dos direitos. O desafio para as sociedades ocidentais é ter capacidade de compreender suas demandas e entender suas lógicas. Em outras palavras, até onde as universidades vão moldá-los ou até onde eles irão participar na construção de novas universidades, com novos saberes.

Nesse dossiê buscamos incorporar textos que apontem para essa nova direção, muito embora não tivemos a contribuição de indígenas. Porém, temos importantes contribuições de pesquisadores atentos a esse novo momento e sedentos para entender e participar da elaboração da nova história indígena.

Inicialmente temos três artigos com abordagens historiográficas. O primeiro artigo de Darlan Rodrigo Sbrana com o título “Os vivos e os mortos no tempo: a operação historiográfica como técnica de apagamento da racionalidade indígena” se propõe justamente a uma revisão da historiografia sobre os povos indígenas, uma análise do fazer historiográfico e como a racionalidade ocidental se afasta do modo como os povos indígenas concebem tempo e espaço. “Dialogando com obras de Teoria da História, como a de Michel de Certeau (1982) e a de Jörn Rüsen (2010), argumentaremos que o procedimento técnico de separação entre o presente e o passado, comum a diversas tradições da historiografia ocidental e geralmente efetuado sem maiores reflexões pelos historiadores brasileiros, acaba por eliminar a racionalidade indígena da escrita da história”, afirma o autor. Numa metáfora com o cotidiano, afirma que não basta “trocar os móveis da casa”, antes de mais nada é preciso pensar sobre o conceito de casa e móveis.

O segundo artigo, assinado por Felipe de Oliveira Uba com “Apontamentos sobre as punições de indígenas praticadas pelo Serviço de Proteção aos Índios no sul do Brasil”. Trata-se de análise das “práticas penalizatórias de pessoas indígenas realizadas pelos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios – extinto órgão público brasileiro – e focaliza na década de 1960”, destaca o autor. O autor toma como fonte de análise o Relatório Figueiredo, como ficou conhecido o Relatório produzido pelo procurador Federal Jader Figueiredo Correia, nas investigações realizadas entre 1967 e 1968 sobre a atuação do SPI, junto aos indígenas no sul do Brasil. Essa revisão sobre a história indígenas no sul do Brasil traz elementos fundamentais para conhecer com o Estado brasileiro atuou junto a essa população explorando os recursos naturais e punido indígenas que denunciavam as contraversões. “O presente ensaio, apesar de breve, aponta para uma distância considerável entre a legislação brasileira acerca dos povos indígenas nos anos 1960, e a prática cotidiana nos Postos. E insere o assunto envolvendo a penalização de pessoas indígenas no presente num histórico que remonta à atuação desse órgão público extinto há cinquenta anos, demonstrando a importância da pesquisa histórica para refletirmos sobre os processos históricos por detrás das situações contemporâneas de conflito em nossa sociedade. E talvez, por fim, melhor compreendê-las para melhor agir”, conclui o autor.

O terceiro artigo com revisão historiográfica produzido por Clovis Antonio Brighenti, com o título “Território extinto: análise dos discursos e práticas Guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional”, se propõe a incorporar a memória Guarani na análise historiográfica. A memória concebida como um importante campo do saber que tem auxiliado na elucidação de contextos cuja história oficial tentou apagar a participação dos sujeitos. Conforme apresentado pelo autor, “nesse artigo analisaremos o percurso de resistência Guarani para recuperar o território extinto há 35 anos. A partir da análise do discurso oral e da documentação histórica pretendemos compreender o processo discursivo em torno de um território inexistente, pelo qual emerge a necessidade de acionar a memória

para promover ações em torno da conquista de outros espaços”. Além da incorporação da memória como parte do fazer historiográfico na história do tempo presente, também contribui na reparação, seja ela monetária, física ou pedagógica. “O direito a reparação parte do processo discursivo em torno de um território “inexistente”, pelo qual emerge a necessidade de acionar a memória para promover ações em torno da conquista de outros espaços.”, concluiu o autor.

Posteriormente temos outros artigos que ampliam o horizonte da temática indígena para além da historiografia. O artigo de Filipe de Andrade Vaz Parente e Saulo Ferreira Feitosa, com o tema “A música e o Bem Viver” incide na análise da musicalidade indígena como parte de um projeto de sociedade denominado pelos autores de “bem viver”. “Para tanto, pretende problematizar a ideia de bem viver com foco na qualidade de vida e no bem-estar dos seres humanos tanto em sua subjetividade quanto no âmbito das sociedades e culturas. Nesse sentido, o trabalho busca aprofundar a compreensão do que seja o bem viver, e como ele se expressa em suas múltiplas dimensões. Igualmente procura observar e analisar quais as contribuições da música, em seu sentido mais amplo, que não somente o de manifestação artística, para a promoção do bem viver em âmbito social e individual”, destacam os autores.

Destacam ainda os autores que a musicalidade indígena é uma forma dessas sociedades não apenas estar, mas de resistir aos processos de imposição de modelos colonizadores: “dessa maneira, música e bem viver, embora não se confundam enquanto conceito e prática parecem estar intrinsecamente ligados, especialmente no que diz respeito à possibilidade de serem empregados de formas diversas na inspiração de sonhos e na construção de utopias capazes de estimular o imaginário subjetivo e coletivo a vislumbrar alternativas frente à opressão característica do modelo de desenvolvimento hegemônico imposto pela cultura ocidental globalmente. Assim sendo, a associação entre música e bem viver como ato e estratégia de resistência e afirmação, pode render bons frutos tanto em nível pessoal quanto social”.

Na sequência a mestranda Clara Lorena Páez González, traz o artigo *“Medios indígenas en Paraguay: estudio de caso de la radio ava guaraní “Ypoty Fm”*. Esse artigo apresenta novas dimensões de interlocução e protagonismo indígena através do uso do rádio como ferramenta comunicativa. “o artigo pretende contribuir ao debate sobre a necessidade da aplicação de políticas que ter a ver com o acesso dos povos indígenas à comunicação, entendendo que este direito não só fortalece culturalmente aos povos, mas também os ajuda para canalizar as suas necessidades políticas e socioeconômicas”, destaca a autora. Seu estudo de caso foi realizado no distrito de Curuguaty do Paraguai na Rádio Ypoty FM da comunidade Ava Guarani, entre os anos 2012-2013.

Para a autora, o acesso à tecnologia e à comunicação facilita as pessoas conhecerem e entenderem como é o mundo. Desta forma, a partir da dimensão cultural, os povos indígenas podem criar redes com comunidades ao redor do mundo, saber o que está acontecendo globalmente, escutar outras vozes sem a necessidade de intermediários, fazer ouvir suas vozes e assim tornar visíveis suas realidades. Sugere que essa experiência poderia ser um passo para criação de uma política de comunicação pelos povos indígenas que resultaria no empoderamento das comunidades.

Por fim, temos o artigo de Bárbara Ferreira de Lima e Aline da Silva Barbosa denominado *“Formação em histórias e culturas indígenas”*, em que analisam a aplicação de Lei 11.645/2008 e seu alcance entre os destinatários da mesma. A base de informação ocorreu entre os participantes do “Curso de Extensão em Histórias e Culturas Indígenas, elaborado em parceria entre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), se concebe diante da iminente necessidade de compor espaços de debates que evidenciem os extensos e violentos processos de apagamento e homogeneização da pluralidade sociocultural indígena, possibilitando que multiplicadores sociais construam narrativas de revalorização e deslocamento de noções equivocadas nos âmbitos coletivos e educacionais

atuando através da descoberta e apropriação de metodologias descolonizadoras”, destacam as autoras.

Uma constatação importante, resultado da pesquisa, é que a temática indígena ainda não é uma realidade nos centros de ensino da educação básica e superior. Concluíram as pesquisadoras que “um indicativo da importância da lei e de sua inserção no universo escolar e social é o próprio universo dos cursistas, a constatação de que a maioria já possui curso superior indica que a temática indígena ainda está pouco presente nos cursos superiores. Consta-se que há uma carência pelo conhecimento e aprofundamento da temática, levando a buscar espaços outros de formação”.

Os processos históricos de mudanças são lentos. A história indígena na perspectiva decolonial está apenas ensaiando seus primeiros passos, mas o importante é estar no caminho.

Desejamos a todos a todas uma boa leitura.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana vol. 12 n° 1 Rio de Janeiro Abril 2006.

MAYBURY-LEWIS. David. **Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado**. Anuário antropológico. UNB, Brasília, 1983.

Clovis Antonio Brighenti

Organizador